**O TRABALHO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO ENSINO
APRENDIZAGEM**

Heber Junio Pereira Brasão¹

Helen Cristina Pereira de Oliveira²

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo tentar suscitar ainda mais a discussão em relação ao trabalho infantil e suas reais consequências nas crianças e adolescentes. O trabalho infantil não é um fenômeno recente no Brasil, pois o mesmo vem ocorrendo desde o início da colonização do país, quando as crianças negras e indígenas foram introduzidas ao trabalho doméstico e em plantações familiares para ajudar no sustento da família. As dificuldades enfrentadas pelas famílias em relação aos direitos e até mesmo o desconhecimento desses direitos outrora adquiridos, muitas vezes às custas de dor e sofrimento, muito se dá pelos obstáculos ao acesso as políticas públicas, dificultando a fiscalização seja no meio urbano e no meio rural, levando em consideração, todas as vertentes que colaboram para tais violências, inclusive a questão cultural.

PALAVRAS-CHAVES: TRABALHO INFANTIL; EDUCAÇÃO; EVASÃO E SOCIEDADE.

ABSTRACT:

The objective of this study is to try to raise the discussion about child labor and its real consequences on children and adolescents. Child labor is not a recent phenomenon in Brazil, since it has been occurring since the beginning of the colonization of the country, when black and indigenous children were introduced to domestic work and family plantations to help support the family. The difficulties faced by the families in relation to the rights and even the lack of knowledge of these rights that were once acquired, often at the cost of pain and suffering, are very much due to the obstacles to access to public policies, making it difficult to control both in urban and rural areas, taking into account all the strands that collaborate for such violence, including the cultural issue.

KEY WORDS: CHILD LABOR; EDUCATION; EVASION AND SOCIETY.

¹ Licenciado em Letras, Filosofia e Sociologia, Pós graduado em Inspeção, supervisão e orientação escolar, Pós graduado em Linguística, Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba. Coordenador dos cursos de Letras e Pedagogia na FUCAMP, Monte Carmelo.

² Graduanda em Direito pela FUCAMP, Orientanda Iniciação científica, PIBIC.

O TRABALHO INFANTIL

O trabalho infantil é um fenômeno social diretamente relacionado com as condições econômicas da família, estrutura produtiva e as questões de ordem cultural. Este tipo de labor tem sido bastante criticado e combatido em todo o mundo principalmente pelo processo exploratório e degradante dessas crianças e adolescentes. A grande crítica refere-se à essa exploração das crianças que são sujeitas a trabalhar em condições inadequadas e muitas vezes em atividades perigosas, o que leva à perda da infância, direito assegurado pela constituição federal e conseqüentemente, a redução às oportunidades de uma educação que seja capaz de transformar a vida dos mesmos.

Acrescente-se que crianças trabalhadoras, mesmo tendo a oportunidade de estudar, podem ter o tempo de estudo reduzido, além de perderem o direito de ser criança pela ausência de lazer indispensável à esta etapa da vida, prejudicando, assim, o aprendizado e, conseqüentemente, aumentando a repetência, bem como a desistência de frequentarem a escola, tudo isso aliados as desigualdades sociais e a baixa renda das famílias são fatores determinantes para a evasão escolar de crianças e adolescentes.

Destaque-se, que o trabalho infantil é entendido como toda forma de trabalho remunerado exercido por crianças e adolescentes, abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho, sendo considerado prejudicial para as crianças, em razão de impedir que elas desfrutem da infância, que frequentem a escola, além de dificultar o seu desenvolvimento e formação, causando, muitas vezes, danos físicos ou psicológicos que persistem para o resto da vida.

O trabalho infantil é um dos desafios sociais que são enfrentados no Brasil, sendo que esse problema está presente na grande maioria dos países subdesenvolvidos e vem se agravando com o processo da globalização. Milhares de crianças se submetem a serviços desgastantes em troca de alguns trocados e pratos de comida sendo que o trabalho infantil não é executado apenas por crianças carentes.

A forma como as famílias enxergam o trabalho infantil é outro fator preponderante que contribui para a evasão escolar, uma vez que através de um discurso e com a justificativa de que se começar a trabalhar desde cedo, se tornarão adultos que sabem e gostam de trabalhar, influenciam em se colocar a escola em segundo plano, até mesmo pela própria necessidade de subsistência e também pelo alto grau de estado de pobreza que se encontram uma grande parte das famílias brasileiras.

A questão cultural, a crença de que trabalhar é bom, é apontada pelos especialistas como um dos mitos que legitimam o trabalho infantil no Brasil, sendo que

tal questão, constitui-se como um dos maiores obstáculos para erradicar o labor infanto-juvenil no nosso país.

As famílias, principalmente as mais pobres, veem a questão do trabalho como uma forma de livrar a criança e o adolescente da marginalização, da exclusão social, do envolvimento com drogas. É essa visão cultural que deposita no trabalho uma forma de prevenção dos males.

A crença que o trabalho da criança ajuda às famílias, e que as crianças devem compartilhar o trabalho com a família para criar responsabilidades, é um mito ainda muito presente, principalmente quando se analisa o expressivo número de crianças responsáveis pelas tarefas domésticas, a até a própria dura realidade das despesas diárias de suas casas, assumindo responsabilidades de verdadeiros adultos.

A falta de políticas governamentais mais amplas de educação e assistência social tem reproduzido causas estruturais para a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho. Por isso, há que se pensar em ações eficazes que propicie renda às famílias como forma de evitar o trabalho infantil.

O trabalho infantil é um tema polêmico que gera muitas discussões, no âmbito legal, sendo na Inglaterra no momento da revolução industrial, que temos o ápice do trabalho infantil, com a exploração do labor do menor em jornadas que chegavam até 16 horas por dia. Com o constante êxodo rural, e com a nova vida das famílias nos centros urbanos, as crianças eram obrigadas a trabalharem nas fábricas para contribuir com a renda familiar, que por sua vez era mísera, uma vez que havia grandes explorações da mão de obra de trabalho a preços ínfimos, além de contar com condições de trabalho completamente insalubres, degradantes e desumanas, estando expostos à acidentes e às constantes doenças.

Com o crescente descontentamento dos operários, temos em 1802 a Lei de *Peel* ou *Peel's Act*,³ primeira legislação trabalhista a qual previa a redução da jornada de

³ O "*Peel's Act*", como ficou vulgarmente conhecido em função do seu idealizador, Sir Robert Peel, caracterizou-se por um conjunto de atas do Parlamento do Reino Unido que consolidaram diversos dispositivos que antes apareciam dispersos em vários estatutos anteriores, e que foram então revogados, simplificando-se, assim, a legislação penal. Como assinala Oliveira (1994, p. 70), o "*Peel's Act*" visou, sobretudo, oferecer uma proteção às crianças aprendizes que trabalhavam nos moinhos em condições subumanas, quase sempre em troca de alimento. O fato é que a partir da sua publicação, o trabalho noturno de crianças foi proibido, fixando-se a sua jornada diurna de trabalho em 12 horas, além de estabelecerem-se normas relativas à educação e higiene no ambiente de trabalho.

trabalho infantil, contudo não a proibia. Com o passar do tempo, e impulsionados e orientados pelas normativas da organização internacional do trabalho, vários países adotam em suas legislações leis que proibissem o trabalho infantil, porém, apesar dos esforços, o trabalho infantil é uma realidade em vários países, inclusive no Brasil.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 138 de 06 de Junho de 1973 se apresenta como um precioso instrumento no combate ao trabalho infantil trazendo a idade mínima para admissão de emprego. Assim aduz seu texto:

Artigo 2- 1. Todo Membro, que ratifique a presente Convenção, deverá especificar, em uma declaração anexa à sua ratificação, a idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho em seu território e nos meios de transporte registrados em seu território; à exceção do disposto nos artigos 4 e 8 da presente Convenção, nenhuma pessoa com idade menor à idade declarada, deverá ser admitida ao emprego ou trabalhar em qualquer ocupação.

3. A idade mínima fixada em cumprimento do disposto no parágrafo 1 do presente artigo, não deverá ser inferior à idade em que cessa a obrigação escolar, ou em todo caso, a quinze anos.

4. Não obstante os dispositivos do parágrafo 3 deste artigo, o Membro cuja economia e sistemas educacionais não estejam suficientemente desenvolvidos poderá, mediante prévia consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se tais organizações existirem, especificar, inicialmente, uma idade mínima de quatorze anos.

E ainda sobre trabalhos que gerem perigo à saúde:

Artigo 3- 1. A idade mínima de admissão a todo tipo de emprego ou trabalho, que, por sua natureza ou condições em que se realize, possa ser perigoso para a saúde, segurança ou moralidade dos menores, não deverá ser inferior a dezoito anos.

Sobre a convenção nº 138 da OIT, o Brasil através do decreto 4134/02 estabelece idade mínima para admissão mínima ao emprego ou trabalho de dezesseis anos. Não obstante as garantias legais que protegem o menor das atividades laborais e que do mesmo modo trazem garantias como a do lazer e educação, ainda convivemos com o emprego da mão de obra infantil em nosso país, e a falta de políticas públicas consequentemente de recursos governamentais para esse enfrentamento, mostrando-se visível a falta de políticas públicas, bem como o descaso de nossos gestores em relação

a esse problema que assola nosso país. Sobre essa temática Souza (2008 p. 99) assim pontua:

Apenas para se ter ideia da falta de injeção de recursos públicos na erradicação do trabalho infantil, deveria ser utilizado cerca de 95 bilhões de dólares na erradicação das atividades. Esses valores, em que pese serem considerados altos, para países menos pobres constituem-se em somente 20 % daquilo que é gasto na compra de armas ou equipamentos bélicos para as guerras.

Outro ponto importante no enfrentamento ao trabalho infantil é a conscientização da sociedade, que muitas vezes por força cultural acreditam que o trabalho pode ajudar a criança a não entrar na marginalidade, e que deve ser permitido e incentivado. Esse pensamento obsoleto é comum, porém é importante conscientizar a sociedade que ao contrário do que pensam ou que afirmam conhecer sobre o trabalho infantil, o mesmo traz consigo mais prejuízos do que benefícios.

O trabalho infantil influencia diretamente na frequência e no desempenho escolar das crianças, pois é sabido que o desenvolvimento de atividades como estas acabam por comprometer o desempenho e assiduidade à escola, pois trabalho e educação são atividades rivais, tornando-se estruturas de reprodução da pobreza cultural e social quando gera evasão, apresentando-se muitas vezes em uma atividade ilícita, podendo ser encontrada inclusive em condições análogas a de escravo.

Souza (2008 p. 100) nos traz ainda que para que se tenha ações efetivas e pontuais é preciso partir da análise de que o trabalho infantil se divide em dois seguimentos partindo do espaço territorial, quais sejam: os trabalhos praticados na zona rural e no meio urbano. Essa divisão se faz importante na medida em que as ações de enfrentamento devem ser diferenciadas e se aproximarem da realidade de cada caso. Segundo o autor (2008 p. 105);

Os organismos públicos e os programas governamentais são insuficientes e desorganizados em suas bases. Por isso, no Brasil, não se combate com eficiência o trabalho infantil. Os benefícios sociais são insuficientes e não motivam as crianças e os adolescentes a abandonarem o trabalho infantil. Enfim, as ações governamentais estão longe de efetivamente enfrentar o problema.

Assim, temos que apesar das diversas legislações constitucionais e infraconstitucionais que protegem a criança da atividade laboral e pune rigorosamente aqueles que os emprega, ainda há muito o que se discutir e colocar em prática quanto a

O TRABALHO INFANTIL

proteção da criança e do adolescente, através de programas de governo que incentivem e acima de tudo apoiem essas crianças, tanto no âmbito psicológico, social e econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A Convenção Nº 138 – **sobre a idade mínima de admissão ao emprego** Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Conven%C3%A7%C3%A3o+138+da+OIT++Idade+m%C3%ADnima+de+admiss%C3%A3o+ao+emprego> >. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Como abordar o trabalho infantil em sala de aula. Disponível em:

<<http://www.prt23.mpt.gov.br/webfiles/arquivosNoticias/5912dd39-7a2f-49e9-9745-bad01e365d25.pdf>> Acesso em: 12 set 2013.

BRASIL. Decreto n.º 4134, de 15 de fevereiro de 2002, Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4134.htm > Acesso em: 14 de jun. 2018.

Souza, Jadir Cirqueira de. **A Efetividade dos Direitos da Criança e do Adolescente**. 1º ed. São Paulo: Editora Pillares, 2008.